

DOSSIÊ



O CLAM E A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS SOCIOANTROPOLÓGICOS SOBRE SEXUALIDADE NO BRASIL: contribuição para a construção de uma memória coletiva

Sergio Luis Carrara¹

> scarrara1@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5165-3720

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo é fruto de conferência proferida no Seminário internacional CLAM 20 anos: Memória da formação de um campo de estudos em sexualidade e direitos humanos no Brasil e na América Latina. Explora o contexto de implantação do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no âmbito de um projeto global financiado pela Fundação Ford em diferentes países e continentes na primeira década dos anos 2000. Discute os princípios éticos, epistemológicos e políticos que as orientaram suas principais iniciativas e busca contribuir para a avaliação de seu papel na configuração do campo de estudos socioantropológicos sobre a sexualidade no Brasil.

Palavras-chave: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos; sexualidade; gênero, ciências sociais; direitos humanos.

EL CLAM Y LA CONFIGURACIÓN DEL CAMPO DE ESTUDIOS SOCIOANTROPOLÓGICOS SOBRE LA SEXUALIDAD EN BRASIL: contribución a la construcción de una memoria colectiva

Resumen: Este artículo es resultado de una conferencia impartida en el seminario internacional CLAM 20 años: Memoria de la formación de un campo de estudios en sexualidad y derechos humanos en Brasil y América Latina. Explora el contexto de implementación del Centro Latinoamericano de Sexualidad y Derechos Humanos, en el Instituto de Medicina Social (IMS) de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ), en el ámbito de un proyecto global financiado por la Fundación Ford en diferentes países y continentes en la primera década de la década de 2000. Discute los principios éticos, epistemológicos y políticos que guiaron sus principales iniciativas y busca contribuir a la evaluación de su papel en la configuración del campo de los estudios socioantropológicos sobre la sexualidad en Brasil.

Palabras clave: Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos; sexualidad; género, ciencias sociales; derechos humanos.

CLAM AND THE CONFIGURATION OF THE FIELD OF SOCIO-ANTHROPOLOGICAL STUDIES ON SEXUALITY IN BRAZIL: contribution to the construction of a collective memory

Abstract: This article is the result of a conference given at the international seminar CLAM 20 years: Memory of the formation of a field of studies in sexuality and human rights in Brazil and Latin America. It explores the context of implementation of the Latin American Center on Sexuality and Human Rights, at the Institute of Social Medicine (IMS), State University of Rio de Janeiro (UERJ), within the scope of a global project financed by the Ford Foundation in different countries and continents during the first decade of the 2000's decade. It discusses the ethical, epistemological, and political principles that guided their main initiatives and seeks to contribute to the evaluation of their role in shaping the field of socio-anthropological studies on sexuality in Brazil.

Keywords: Latin American Center on Sexuality and Human Rights; sexuality; gender, social sciences; human rights.

O CLAM E A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS SOCIOANTROPOLÓGICOS SOBRE SEXUALIDADE NO BRASIL: contribuição para a construção de uma memória coletiva

Preliminares

Escrever quando se comemora 20 anos do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, o CLAM, como chamamos informalmente, não é tarefa fácil para mim, tão visceralmente implicado em sua criação e em sua atuação nos primeiros anos de sua existência. Por isso, evocando aqui duas antropólogas fundamentais para os estudos de gênero, Margaret Mead e Donna Haraway, considero crucial explicitar logo de partida de onde falo, quais são minhas perspectivas e intenções nesse artigo.

Primeiramente, ressalto que, em exercício de construção de uma certa memória coletiva, reflito aqui mais sobre o passado do que sobre o presente. Para a pesquisa pontual que fiz ao preparar esse texto, em meus próprios arquivos e na memória mantida na internet, eu mesmo redescobri coisas das quais já não me lembrava, seja pelo tempo decorrido, seja pelo fato de não ter participado diretamente de algumas atividades do centro. Grosso modo, falo da primeira década e meia dos anos 2000 (2002-2015), período dos “anos dourados” (ao menos no Brasil) para os movimentos sociais que se organizam em torno das questões de gênero e sexualidade e para as movimentações intelectuais em torno do tema, a eles tão intimamente emaranhadas. De modo geral, podemos dizer que nosso campo de estudos assistiu a uma impressionante expansão e consolidação nesse período e que o CLAM desempenhou, como veremos, relevante papel nesse processo.

Em segundo lugar, ressalto que embora formalmente configurado como um projeto de extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o CLAM pode ser mais bem compreendido como uma relativamente extensa rede de relações de trabalho e de cooperação. No período aqui abarcado, o projeto contou com uma coordenação colegiada. Além de mim, participavam da coordenação geral a Profa. Maria Luiza Heilborn e, cuidando das atividades realizadas no Brasil, a Profa. Jane Russo, e das realizadas nos países latino-americanos envolvidos no projeto, o Prof. Horácio Sívori. Ainda no âmbito da UERJ, o projeto contou desde o início com a participação das professoras Fabíola Rohden e Anna Paula Uziel. Toda essa equipe tinha formação em antropologia social. A esse grupo acadêmico inicial, dezenas de outros profissionais se agregariam ao longo dos anos. Cada um de nós deve, portanto, ter lembranças e avaliações particulares sobre o papel do CLAM na configuração do campo de estudos socioantropológicos sobre sexualidade. Os participantes do projeto descreviam traje-

tórias diversas de reflexão e pesquisa. No meu caso, vinha estudando história sobre saberes sobre a sexualidade e violência lgbtifóbicas, ou seja, meu trabalho se desenvolvia muito mais em diálogo com as movimentações LGBTQIA+ do que com os movimentos feministas. Outras/os colegas vinham estudando questões de gênero. Como a história do CLAM exemplifica muito bem, o campo de estudos socioantropológicos sobre sexualidade nos anos 2000 se constrói especialmente através da articulação de duas redes mais antigas de pesquisadoras e pesquisadores: por um lado, a de estudos de gênero e reprodução; e, por outro a de estudos sobre práticas sexuais e identidades LGBTQIA+ no contexto da epidemia de HIV-AIDS. No nosso caso, a essas duas redes principais, somava-se ainda a que girava em torno dos estudos sociais da ciência e da medicina.

Finalmente, escrevo sobretudo sobre a experiência brasileira, uma vez que, em cada contexto nacional, o CLAM teve seguramente significados distintos. É verdade que, mesmo com todos os esforços no sentido de promover uma atuação regional, os impactos de nossas atividades foram muito significativos no Brasil. Além disso, minha concentração sobre a experiência brasileira justifica-se pelo fato de que, em seus primeiros anos de existência, as atividades desenvolvidas em outros países latino-americanos terem sido coordenadas a partir do Peru. Nossa missão era atuar apenas no Brasil (trarei em seguida mais informações sobre essa história).

Enfim, dadas essas diferentes “posicionalidades”, minha perspectiva sobre essa história só pode ser parcial e permanece aberta à contribuição de quem guarda lembrança de outras dimensões do trabalho. Mas ainda não é tudo. É importante igualmente evidenciar os possíveis enredos dessa história para esconjurar desde início narrativas congeladas. Nessas duas décadas de existência, o CLAM passou por períodos de vacas gordas e magras, tempos quentes e frios; ou seja, contou com recursos mais ou menos abundantes e, conseqüentemente, teve atuação mais ou menos intensa. No período de implantação e nos primeiros anos de funcionamento, recebeu aporte significativo da Fundação Ford, além de contar obviamente com as contrapartidas da própria UERJ (salários de professores participantes, espaço físico etc.) e, eventualmente, com aportes mais pontuais de órgãos governamentais, como a extinta Secretaria de Política para Mulheres, e agências públicas de financiamento, como CNPq e a Faperj. É certo, que os recursos diminuíram depois que a Fundação Ford elegera outras prioridades ou considerou já ter cumprido seu papel nesse campo. Isso pode convidar a narrativas saudosistas, envolvendo um passado luminoso, aguerrido e afluente frente a um presente mais modesto e precário. Há obviamente o risco oposto a ser também evitado, o de recorrer a roteiros heroicos e narrativas de superação que contariam como sobrevivemos até aqui apesar dos diferentes desafios. Desse modo, ressalto que minha concentração no passado e minha avaliação, em geral positiva, em relação ao imenso trabalho coletivo que marcou os primeiros anos do CLAM de modo algum se contrapõe à visão de um presente menos interessante e notável. Acredito que, nesses 20 anos, o CLAM tem

contribuído decisivamente para a consolidação do campo dos estudos sobre sexualidade no Brasil e na América Latina.

Fugindo dessas narrativas congeladas, tentarei me ater aqui às características mais gerais do projeto, suas apostas, seus primeiros dispositivos de articulação, o contexto de sua implantação, abrindo espaço para que coloquemos em perspectiva o momento atual. Espero trazer informações novas aos que não viveram os primeiros tempos do CLAM e, quiçá, incentivar o trabalho presente e o que nos aguarda no futuro.

Implantação

O projeto mais geral do qual o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos fez inicialmente parte, o chamado Diálogo Global sobre Saúde e Bem-Estar Sexual (*Global Dialogue on Sexual Health and Well-Being*), começou a ser planejado pela Fundação Ford em 2000-2001 através de uma série de consultas feitas em diferentes países (Ford Foundation, 2005). Segundo Peter Aggleton e Kate Wood, responsáveis pela avaliação do projeto em seus primeiros anos, tais consultas revelaram “um subdesenvolvimento dos trabalhos [sobre sexualidade] tanto no plano global quanto regional”, além de enfatizarem a “necessidade de identificar e desafiar normas sociais e enquadramentos legais que comprometiam a saúde e a escolha reprodutiva e sexual” (Aggleton e Wood, 2008: 04).

Para Aggleton e sua equipe, a epidemia de AIDS, as novas tecnologias em saúde sexual e reprodutiva e um crescente ativismo em direitos humanos e direitos sexuais forjavam naquele momento um ímpeto especial para mudança desse cenário. Também não podemos nos esquecer de que o ano de 2000 marcou a volta da dinastia Bush ao poder nos Estados Unidos, fortalecendo forças políticas conservadoras, anti-sexuais e anti-gênero. Como colocam Peter Aggleton e Kate Wood em relatório de avaliação do projeto global:

A decisão da Fundação Ford em intensificar seu investimento em trabalhos sobre sexualidade emerge em um momento crítico. Em finais da década de 1990, ficou claro que um conjunto de fatores econômicos, políticos e culturais afetava negativamente a saúde sexual e o bem-estar sexual das pessoas, limitando sua capacidade de participar da vida social e do desenvolvimento mais amplo (Aggleton e Wood, 2008: 07)

Ao que parece, o Diálogo Global derivava de uma avaliação do presente e uma inquietação quanto ao futuro, especialmente quanto ao futuro das chamadas “forças progressistas” no contexto norte-americano. No contexto de mais um *round* das chamadas “guerras sexuais globais” (Corrêa, Petchesky e Parker, 2008), a proposta

parecia ser a de estender uma espécie de rede de proteção contra os “fatores” mencionados por Aggleton e Wood através da implantação, em diferentes pontos do campo global em que tais guerras são travadas, de espécie de “postos avançados”. E que talvez devam ser compreendidos mesmo como “avançados” não apenas por estarem, em sua maioria, situados fora do território norte-americano, mas também no sentido de apoiarem posições sobre sexualidade que podem ser simultaneamente consideradas como “desenvolvidas” e “modernas” ou “anti-tradicionais”, por estarem comprometidas com certo ideal de “democracia sexual” (Fassin, 2012) e com o amplo processo de cidadanização dos múltiplos sujeitos construídos a partir de marcadores sociais de gênero da sexualidade.

Seria leviano tentar ir aqui mais longe na tentativa de apontar as supostas “intenções” da Fundação Ford com o projeto. De todo modo, ambicionava-se uma ação com impactos globais. Os significativos recursos alocados para isso tinham um caráter extraordinário no âmbito da fundação. Tratava-se, na linguagem de sua burocracia e corpo técnico, de um “*big bet*” (uma grande aposta), ou seja, de um recurso cuja alocação tinha sido decidida pela cúpula da Fundação e que não saía do orçamento de nenhum dos escritórios espalhados pelo mundo. Não saberia dizer exatamente como se dá o processo decisório envolvendo um “big bet”, ressaltando apenas que, embora acompanhado pelos escritórios do Brasil e do Chile, o projeto CLAM e todos os outros componentes do *Global Dialogue* respondiam diretamente ao escritório central da Fundação. As *program officers* envolvidas mais diretamente com a instalação do projeto eram a antropóloga Ondina Fachel Leal, no Brasil, e a advogada Gaby Oré Aguilar, no Chile. A partir do escritório central da Fundação, acompanhou o projeto a sul-africana Bárbara Klugman, ativista e especialista em gênero e justiça social.

Os componentes a serem implantados no âmbito do *Global Dialogue* configuravam-se do seguinte modo:

- Um observatório chamado *International Working Group on Sexuality and Social Policy*, renomeado posteriormente de *Sexuality Policy Watch* ou *SPW*. Seu objetivo era acompanhar o modo como os direitos sexuais e reprodutivos, antídoto àquelas ameaças à saúde e ao bem-estar sexual, implantavam-se internacionalmente. Um foco importante parecia ser atuar junto ao sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais. Sob a coordenação da intelectual e ativista feminista Sônia Correa e do antropólogo Richard Parker, o observatório, ainda em pleno funcionamento, constituiu-se a partir de uma parceria entre a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), no Rio de Janeiro, e o Departamento de Ciências Sociomédicas da Escola Mailman de Saúde Pública da Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque.
- Um dispositivo de avaliação designado como *Global Evaluation Team*, coorde-

nado pelo cientista social Peter Aggleton, então vinculado ao *Thomas Coram Research Unit* do Instituto de Educação da Universidade de Londres. Entre os membros da equipe de Aggleton, o acompanhamento do projeto CLAM esteve inicialmente nas mãos da antropóloga e doutora em Saúde Coletiva, Jane Galvão. Lembro que, em determinado momento, fomos também avaliados pelo demógrafo José Garcia Nuñez. O processo avaliativo era tão minucioso e abrangente que pesquisadoras do CLAM, como Elaine Brandão, Ana Venâncio e Paula Lacerda, ocuparam-se em diferentes momentos da contínua produção de dados sobre as atividades do Centro.

- O *US National Advisory Council on Sexual Health*, cujo objetivo era acompanhar o cenário americano e incidir politicamente sobre ele no sentido de defender perspectivas mais progressistas em relação à saúde sexual e aos direitos sexuais e reprodutivos.
- Quatro **Centros Regionais**, cuja natureza não se definia *a priori*, podendo lidar com diferentes atividades, tanto relativas à constituição ou consolidação de um campo de estudos sobre sexualidade (pesquisa, formação, difusão de informações qualificadas etc.) nos diferentes contextos nacionais e regionais, quanto relativas à incidência política, no sentido de participar de decisões legais e judiciais e da formulação de políticas públicas. Os centros implantados foram os seguintes: (i) **Centro Africano Regional de Recursos em Sexualidade**, instalado em Lagos (Nigéria), na ONG *Action Health Incorporated*, em parceria com o Centro Islâmico para Estudos da População (*Islamic Center for Population Studies*) da universidade egípcia de Al-Azhar, o Departamento de Medicina Comunitária do Colégio de Medicina da Universidade de Lagos; a ONG sul africana *Health Systems Trust*, e o *Population Council*, no Kenya. O Centro esteve por vários anos sob a coordenação do demógrafo Richmond Tiemoko e hoje encontra-se desativado; (ii) **Centro de Recursos em Sexualidade do Sul e Sudeste Asiático**, sediado na ONG TARSHI (*Talking about Reproductive and Sexual Health*), localizada em Delhi, Índia, em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Mental e Neurociências de Bangalore e a Universidade das Filipinas. Cooperava mais pontualmente também com o Instituto de Sexualidade e Gênero da China, o Instituto para Desenvolvimento Social, do Vietnam; e com a ONG indonésia GAYa Nusantara. O trabalho foi coordenado pela psicóloga Radhika Chandiramani e o centro encontra-se hoje desativado; (iii) *US National Sexuality Resource Center* (NSRC) que foi instalado no Programa de Estudos sobre Sexualidade Humana da Universidade do Estado de São Francisco e esteve sob a coordenação do antropólogo Gilbert Herdt. Atualmente, o centro também se encontra desativado; e, finalmente, o (iv) **Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos**, cuja história é o foco do presente artigo.

- Uma instância não-prevista no desenho original do *Global Dialogue* emergiu ao longo do trabalho, o *International Sexuality Forum*, que reunia as/os coordenadoras/es dos quatro centros na esperança da efetiva construção de algum diálogo global. O trabalho desse Fórum foi por algum tempo facilitado por Diane di Mauro, especialista em saúde sexual e reprodutiva, então vinculada ao Departamento de Ciências Sociomédicas da Universidade de Columbia e depois pela ativista feminista peruana, poeta e especialista em estudos hispânicos e latino-americanos, Violeta Barrientos Silva.

Importante ressaltar que todos os envolvidos no *Global Dialogue* já recebiam financiamento da Fundação em outros projetos, sendo por ela bem avaliados. O Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ já havia então constituído uma importante experiência em relação aos estudos sobre sexualidade. Sob a coordenação da socióloga Maria Andrea Loyola, havia abrigado um importante e pioneiro projeto financiado pela Fundação Ford do Brasil, então sob a direção do antropólogo Peter Fry, sobre os impactos sociais da AIDS no Brasil. A Fundação Ford havia também financiado, ao longo dos anos 1990, diferentes projetos no âmbito do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde que, no IMS, esteve sob a coordenação dos professores Richard Parker e Maria Luiza Heilborn. Entre tais projetos, destaco o Curso Regionalizado de Introdução à Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, e a pesquisa multicêntrica Gravidez na Adolescência: Gênero e Sexualidade (GRAVAD), além de diferentes iniciativas em torno da AIDS. Essa experiência institucional, especialmente o fato de abrir-se simultaneamente para o campo dos estudos de gênero e, via HIV-AIDS, também ao campo de estudos sobre sexualidade, posicionava o IMS como um dos lugares que poderiam acolher o projeto no Brasil. Ondina Fachel Leal, ela mesma docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendia que, no país, uma universidade estivesse à frente do projeto.

Originalmente o CLAM se constituiu como uma articulação entre o IMS e a ONG feminista Centro da Mulher Peruana Flora Tristán e tinha como objetivo central, como se lia em seus diferentes materiais de divulgação:

produzir, organizar e disseminar conhecimento sobre sexualidade da perspectiva dos direitos humanos, com a finalidade de combater desigualdades de gênero e contribuir com a luta contra a discriminação das minorias sexuais na Região.

Reconhecendo a dificuldade de agir regionalmente a partir do Brasil, único país de língua portuguesa na região, a sede do CLAM foi implantada no Flora Tristan, então coordenado pela feminista peruana Cecilia Olea. No Brasil, a coordenação era exercida por Maria Luiza Heilborn e por mim e a Coordenação Geral, em Lima, esteve

a cargo de Pilar Aguilar. Desde o Flora, também estiveram envolvidas, Virginia Vargas, Violeta Barrientos, Giulia Tamayo. As articulações iniciais se davam sobretudo com Argentina, Chile e Colômbia, além obviamente do Brasil e do Peru, onde o Flora estava articulado com a *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, através da historiadora feminista Maria Emma Manarelli, e com *Universidad Peruana Caetano Heredia*, através do médico epidemiologista Carlos Cárceres. Na Argentina, os parceiros principais eram o *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES) e o Instituto de Pesquisas Gino Germani, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Lá, foram inicialmente nossos principais interlocutores as/os cientistas sociais Silvina Ramos, Mario Pecheny, Monica Petracci, Daniel Jones e Mónica Gogna. No Chile, o CLAM articulava-se com a Área de Estudos de Gênero da FLACSO/Chile e, posteriormente, com o CEDEM – *Centro de Estudios para el Desarrollo de la Mujer* e nossas principais interlocutoras foram as sociólogas Teresa Valdés e Claudia Dides, além do psicólogo social Jaime Barrientos, à época professor na *Universidad Católica del Norte* (Antofagasta). Na Colômbia, o trabalho se desenvolvia com a antropóloga Mara Viveros Vigoya e os antropólogos Franklin Gil Hernández, José Fernando Serrano e Mauro Brigeiro, vinculados à Escola de Estudos de Gênero da *Universidad Nacional de Colombia*. Embora o México não tenha feito parte do desenho inicial do CLAM, articulações com pesquisadoras/es mexicanos envolveram especialmente a demógrafa Yvonne Szasz, do Colégio do México, a psicóloga social Ana Amuchástegui, o antropólogo Rodrigo Parrini, ambos vinculados à Universidade Nacional Autônoma do México, e o ativista Alejandro Brito, da ONG Letra S.

Toda a preparação inicial para a instalação do centro aconteceu ao longo de 2002 e foi acompanhada por um comitê diretor que, em sua composição, contava com o psicólogo social Veriano Terto Jr., a antropóloga Miriam Grossi e a ativista e socióloga Maria Bethânia Ávila, pelo Brasil; com a cientista social Silvina Ramos, pela Argentina; a advogada Carmen Posada González (logo substituída pela antropóloga Mara Viveros Vigoya), pela Colômbia; a advogada Giulia Tamayo, pelo Peru; e a médica Marisa Matamala, pelo Chile. Foi no contexto do diálogo com as feministas do Flora Tristán, que se decidiu, um tanto provocativamente, que no nome da nova iniciativa deveriam figurar as expressões “sexualidade” e “direitos humanos”. Note-se que se tratou do único centro regional a incluir a expressão direitos humanos em sua designação. Por um lado, a ênfase nos direitos humanos se explica em larga medida pela centralidade das feministas latino-americanas na iniciativa, uma vez que tinham acompanhado e participado muito ativamente das conferências sobre direitos humanos das mulheres e população patrocinadas ao longo da década anterior. De outro lado, como discutiremos mais adiante, sentíamos que era hora de abordar a sexualidade de modo menos negativo, como através de noções de perigo sanitário e de perigo moral, para situá-la no campo mais positivo da luta por direitos.

Portanto, o que se inaugurou em 10 de abril de 2003, há pouco mais de 20 anos, foi o ramo brasileiro do CLAM. A cerimônia de lançamento na Capela Ecumênica da UERJ contou com as presenças do professor André Lázaro, representando a então reitora da UERJ Nilcea Freire, a Professora Jane Said, pela direção do IMS, a diretora da Fundação Ford do Brasil, Ana Toni, e a *program officer* Ondina Leal, além de mim mesmo, representando a Coordenação do CLAM/Brasil. Compartilho com vocês um trecho de minha intervenção naquela ocasião no sentido de contextualizar o que nos levava a participar do projeto:

A sexualidade tem se colocado na ordem do dia na agenda política brasileira e de vários outros países. Do meu ponto de vista, vivemos nos países ocidentais um momento delicado, caracterizado pela radicalização e pelo confronto no que diz respeito às políticas sexuais. O emergente conservadorismo da política George Bush vem somar-se ao conservadorismo mais conhecido de algumas influentes igrejas cristãs e, em conjunto, representam séria ameaça às conquistas políticas de mulheres, de homossexuais, de pessoas vivendo com HIV/AIDS e de outras grupos vulneráveis em sua luta pelos direitos civis (Carrara, 2003)

Ao longo de 2004, o Flora Tristan se afastou do projeto e a sede do CLAM foi transferida para o IMS. Foi então que Horácio Sívori se integrou ao grupo como Coordenador Regional, responsável pelo diálogo com os parceiros nos outros países e pela organização de uma rede de pontos focais que permitia a circulação de informações. A transferência da sede implicou a redefinição de aspectos importantes do trabalho do centro e a própria natureza e composição de seus comitês. Além de preservar a memória de muitos dos primeiros participantes do projeto, o quadro abaixo dá uma ideia do aumento do número de componentes da equipe do CLAM antes e depois de sua transferência da sede para o Brasil.

CLAM – 2003

Coordenação Geral: **Cecília Oléa** (Peru); **Maria Luiza Heilborn** (Brasil); **Sérgio Carrara** (Brasil); **Violeta Barrientos Silva** (Peru)

Comitê Diretor: **Giullia Tamayo** (Peru); **Maria Betânia Ávila** (Brasil); **Mara Viveiros Vigoya** (Colômbia); **Marisa Matamala** (Chile); **Mirian Pillar Grossi** (Brasil); **Silvina Ramos** (Argentina); **Veriano Terto Jr.** (Brasil)

CLAM/Brasil

Equipe Acadêmica: **Anna Paula Uziel**; **Cristiane da Silva Cabral**; **Elaine Reis Brandão**; **Fabíola Rohden**; **Jane Araujo Russo**; **Marcelo Natividade**; **Maria Luiza Heilborn**; **Laura Moutinho**; **Sérgio Carrara**

Equipe técnica: **Jacqueline Costa; Leila Araújo; Liana Schulz; Sandra Infurna**

Consultoria Especial: **Adriana Vianna; Luiz Fernando Dias Duarte; Maria Tereza Citeli; Roger Raupp Rios**

Comitê Consultor: **Jurandir Freire Costa; Leila Linhares Barsted; Lucia Xavier de Castro; Peter Fry; Regina Maria Barbosa; Roger Raupp Rios**

CLAM – 2006

Coordenação Geral: **Maria Luiza Heilborn; Sergio Luis Carrara**

Assessoria da Coordenação Geral: **Rachel Aisengart Menezes; Alessandra Rinaldi**

Coordenação Regional para Países Andinos e do Cone Sul: **Horacio F. Sívori**

Assessoria da Coordenação Regional: **Maria Elvira Díaz Benítez**

Coordenação Brasil: **Jane Russo**

Conselho Assessor: **Albertina Costa, FCC, Brasil; Ana Cristina Gonzalez, Univ. Nac. Colômbia; Carlos Cáceres, UPCH, Peru; Ivonne Szasz, Colegio do México, México**

Coordenação de Publicações: **Jane Araújo Russo; Anna Paula Uziel**

Assessoria da Coordenação de Publicações: **Isabel Miranda**

Coordenação de Formação: **Fabíola Rohden**

Coordenação de Informações e Pesquisa: **Laura Moutinho**

Coordenação de Avaliação: **Elaine Brandão; Ana Teresa A. Venancio, COC-Fiocruz**

Coordenação de Comunicação Social: **Carla Rodrigues e Ana Redig**

Assessoria de Imprensa e Relações Públicas: **Verônica Marques**

Produtor de Conteúdo *website*: **Washington Castilhos**

Produtora de Conteúdo em espanhol *website* **Andréa Lacombe**

Coordenação Executiva **Leila Araújo**

Assessoria de Projetos: **Andreia Barreto**

Secretaria Executiva: **Jacqueline Costa**

Auxiliar Administrativo: **Fábio Pereira**

Colaboradores Externos

Pesquisa Política e Direitos Sexuais: **Adriana Vianna, MN-UFRJ**

Projeto Integrado CNPq: **Luiz Fernando D. Duarte, MN-UFRJ**

Pesquisa: **Marcelo Natividade, IFCS-UFRJ**

Bibliotecária **Sandra Infurna**

Suporte Técnico Externo:

Programação Visual **Anna Amêndola**

Produção e Manutenção Técnica *Website* **Fernando Costa, DSOOne Ltda.**

Hospedagem *Website* Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Informática **Anderson Noel de Souza, Laboratório de Informática do IMS-UERJ**

Assistentes de Pesquisa: **Bruno Zilli; Igor Torres Oliveira Ferreira; Livi Ferreira; Paula Lacerda; Silvia Aguião**

Estagiários: **Andréia Portella** (biblioteca); **Cristiane Silva da Cunha** (pesquisa); **Déborah Espíndola** (pesquisa); **Marcela Rayol** (pesquisa); **Verônica Queiroz** (pesquisa); **Mariana Gonçalves** (pesquisa); **Celita Almeida** (pesquisa)

Equipe Argentina:

Representante da Instituição Colaboradora, CEDES: **Silvina Ramos**

Responsável pelo Projeto Ponto Focal no CEDES: **Jimena Arias Feijoó**

Pesquisadores: Mônica Petracci, CEDES **Mario Pecheny**, CEDES **Daniel Jones**, GES-IGG-

UBA **Micaela Libson**, **Renata Hiller**, GES-IGG-UBA GES-IGG-UB

Equipe Chile

Representante da Instituição Colaboradora, CEDEM: **Teresa Valdés**

Responsável pelo Projeto Ponto Focal no CEDEM **Pilar Pezoa**

Pesquisadora: **Claudia Dides**, FLACSO

Equipe Colaboradora Colômbia

Representante da Instituição Colaboradora, GESSAM-UNAL: **Franklin Gil Hernández**

Responsável pelo Projeto Ponto Focal no GESSAM-UNAL **Mauro Brigeiro**

Pesquisadores na UNAL **Mara Viveiros** (coord. de pesquisa); **José Fernando Serrano**;

Claudia Patrícia Rivera; **Marco Alejandro Melo**; **Manuel Rodriguez**; **Maria Janeth Pinilla**;

Marco Martinez

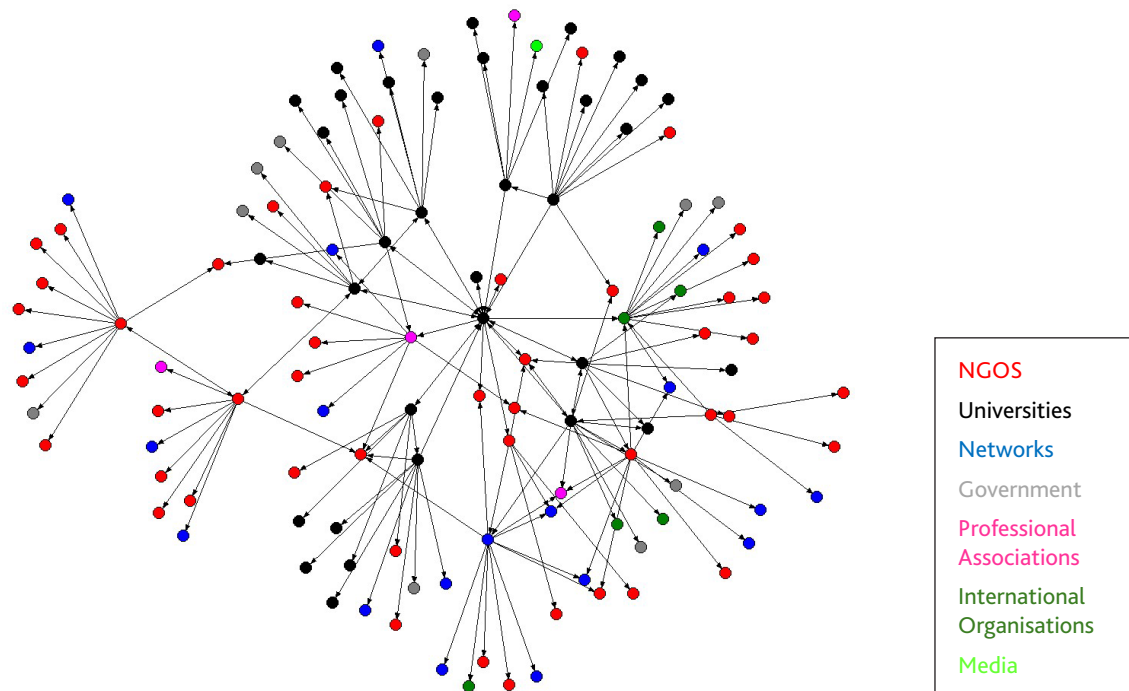
Equipe Colaboradora Peru

Pesquisadora **Maria Jennie Dador Tozzini** – UNMSM

Depois de 2004 e até início da década seguinte, outras pessoas, cujos nomes não aparecem no quadro acima, viriam se agregar ao grupo, ressaltando especialmente a participação de Vanessa Leite, inicialmente na Assessoria da Coordenação, Fábio Grotz e Flora Rodríguez Rondón, na Comunicação, que passou a ser coordenada por Washington Castilhos, e, na equipe acadêmica Marcos Nascimento, Lucas Tramontano, Aline Duque, além dos professores Mariana Nucci, Cláudia Mora, Rogério Azize e Laura Lowenkron.

Depois de 2006 e até início da década seguinte, outras pessoas, cujos nomes não aparecem nos quadros acima, viriam se agregar ao grupo, ressaltando especialmente a participação de Vanessa Leite, inicialmente na Assessoria da Coordenação, Fábio Grotz, Mary Lilia Congolino e Flora Rodríguez Rondón, na Comunicação, que passou a ser coordenada por Washington Castilhos, e, na equipe acadêmica Martha Ramírez, Marcos Nascimento, Lucas Tramontano, Aline Duque, além dos professores Mariana Nucci, Cláudia Mora, Rogério Azize, Martinho Braga e Silva e Laura Lowenkron.

Como inicialmente iríamos trabalhar apenas no contexto brasileiro, acionamos parte da rede que já girava em torno do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde e articulamos com vários novos parceiros. Nos anos seguintes, estenderíamos bastante essa rede inicial. Segundo dados levantados pela equipe de avaliação liderada por Peter Aggleton, a rede de parcerias estabelecida pelo CLAM apresentava, em 2008, a seguinte configuração (Drew *et al.*, 2011):



Não se trata aqui de quantificar esse trabalho, apenas cito, em relação às parcerias institucionais, um trecho de 2008 do relatório avaliação de José Garcia Nuñez:

O CLAM estabeleceu parcerias formais de colaboração com 50 instituições brasileiras, incluindo 34 no campo do ensino e de pesquisa, 11 ONGs, e 5 entidades governamentais. A mesma estratégia colaborativa permitiu ao CLAM desenvolver parcerias com 4 instituições na Argentina; 5, no Chile; 3 na Colômbia; 3, no Peru e 3 no México, envolvendo atividades relativas à realização de pesquisas, documentos estratégicos, cursos, programa de bolsas e publicações (Nuñez, 2008: 29).

Atividades inaugurais

Ainda na configuração original, que incluía o Flora Tristán, foram desenhadas as primeiras atividades do CLAM, organizadas em torno da produção, para Brasil, Peru, Colômbia, Argentina e Chile de alguns documentos estratégicos, espécies de diagnósticos para cada um dos países envolvidos. O primeiro deles seria um estado da arte da pesquisa em sexualidade na área das ciências humanas e sociais. O segundo versaria sobre a configuração geral dos direitos, políticas públicas e legislações relativas à sexualidade nos diferentes países envolvidos no projeto. E, finalmente, o terceiro, mais conceitual, discorreria sobre a relação entre sexualidade e direitos humanos, traba-

lhando no nível da fundamentação ético-política do conceito de direitos sexuais ou da concepção da sexualidade como direito. Os documentos teriam uma mesma estrutura para todos os países e seriam integrados ao final do processo. A equipe do CLAM/Brasil também decidiu nesse momento os três eixos mais gerais de atuação, em torno dos quais iriam girar suas diferentes atividades: Saberes sobre Sexualidade; Cultura e Comportamentos Sexuais; Políticas e Direitos Sexuais.

O lançamento do CLAM se deu ao longo de 2003/2004, através de um conjunto de seminários realizados em parceria com diferentes grupos e instituições, desenhando uma primeira articulação em rede. Lembro aqui de alguns deles:

- Movimentos sociais, educação e sexualidade em parceria com o Núcleo Identidade, Gênero e Subjetividade (NIGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (8/11 de abril de 2003);
- Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras, em parceria com o Núcleo de Estudos e Gênero Pagu/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (25/28 de junho de 2003);
- Sexualidade, Violência e Justiça, com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)/Universidade Cândido Mendes (09 e 10 de julho de 2003);
- Religião e Sexualidade. Convicções e Responsabilidades, parceria com o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) (1 e 2 de outubro de 2003);
- Novas Legalidade e Democratização da Vida Social: Família Sexualidade e Aborto, com o SOS-Corpo (13-14 de outubro de 2003);
- Relações Familiares, Sexualidade, e Religião, com Grupo de Estudo sobre a Família Contemporânea (GREFAC/UERJ) e Museu Nacional (UFRJ) (4 e 6 de agosto 2004)
- Seminário Internacional Raça, Sexualidade e Saúde: Perspectivas Regionais, organizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes (3/5 de novembro de 2004).

Ao longo dos anos, outros seminários foram acontecendo no Brasil, como o “Seminário 30 anos Ininterruptos de Feminismo no Brasil”, evento promovido pelo CLAM em colaboração com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) em 2005, marcando a visita da filósofa feminista Françoise Collin ao país. Dentre os encontros realizados em outros países, destaco a colaboração com a *International Association for the Study of Sexuality, Culture and Society* (IASSCS) tanto na realização de seu VI Congresso Internacional “Prazeres Des/Organizados: Corpos, Direitos e Culturas em Transformação”, que aconteceu em 2007, em Lima; quanto de seu IX Congresso “Sexo e Mercado: O que o amor tem a ver com isso?”, realizado em Buenos Aires em 2013, em cujo âmbito o CLAM comemorou 10 anos de existência.

Sexualidade e Ciências Humanas: a consolidação de um campo de estudos

Do ponto de vista da consolidação dos estudos sobre sexualidade no campo científico brasileiro e em outros países da América Latina, podemos dizer que o CLAM atuou intensamente e de diferentes modos, dentre os quais destaco primeiramente a organização e condução de uma série de investigações comparativas. O quadro abaixo arrola as investigações em curso ou finalizadas na primeira década dos anos 2000:

Título da Pesquisa	Início e término previsto
Pesquisa Comparada sobre Legislação, Jurisprudência e Políticas Públicas em Sexualidade na América Latina	Brasil: 2002 – 2004 Chile e Argentina: Maio/2005 – Abril/ 2006 Colômbia: Maio/2005 – Jun/2007 Peru: Maio/2005 – Dez/2007
2. Pesquisa Parada Gay 2003 – Rio de Janeiro (Brasil)	Finalizada
3. Pesquisa Parada Gay 2004 – Rio de Janeiro (Brasil)	Finalizada
4. Pesquisa Parada Gay 2004 – Porto Alegre (Brasil)	Finalizada
5. Pesquisa Marcha del Orgullo GLTTB 2004 – Buenos Aires (Argentina)	Finalizada
6. Pesquisa Marcha del Orgullo GLTTBI 2005 – Buenos Aires (Argentina)	Finalizada
7. Pesquisa Parada Gay 2005 – São Paulo (Brasil)	Finalizada
8. Pesquisa Parada Gay – Recife (Brasil)	Julho/2006 – Dezembro/2007
9. Estado da arte da pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais	Chile: Maio/2005 – Dez/2006 Colômbia: Mai/2005 Jun/2007 Peru: Maio/2005 – México: Janeiro/2007
10. Pesquisa O campo da sexologia no Brasil	Julho/2004 – Dezembro/2007
11. Pesquisa La constitución del campo de la sexologia en América Latina	Março/2007 – Julho/2008
12. Pesquisa Heterossexualidades, contracepção e aborto (HEXCA)	Janeiro/2007 – Junho/2008
13. Pesquisa Contracepção e planejamento reprodutivo na percepção de usuárias do Sistema Único de Saúde – Rio de Janeiro (Brasil)	Finalizada
14. Projeto Integrado CNPq – Sexualidade, Gênero e Família: rupturas e continuidades na experiência da Pessoa moderna (Brasil). Coordenação: Luiz Fernando Dias Duarte	Fevereiro/2003 – Fevereiro/2007
15. Projeto Integrado CNPq – Parceria civil, conjugalidade e homoparentalidade no Brasil (Brasil). Coordenação Miriam Grossi	2005 – 2007

Ressalto que os *surveys* de vitimização aplicados nas paradas de Orgulho LGBTQIA+ ainda seriam realizados, sempre em parceria do CLAM com universidades e ONGs locais, em Buenos Aires, Bogotá, Santiago, Córdoba, Cidade do México e, no Brasil, em Belém. Os questionários eram aplicados por ativistas e/ou estudantes de graduação das diferentes universidades. Constituímos, assim, um vasto banco de dados quantitativos sobre experiências de discriminação e violência lgbtifóbicas, com milhares de questionários respondidos. Do meu ponto de vista, essa experiência tem especial significado. Antes de mais nada, por ter sido uma proposta que veio do movimento social, do Grupo Arco-íris de Cidadania LGBTI+, através de uma provocação do ativista Cláudio Nascimento, com quem já vínhamos trabalhando sobre o tema da violência e discriminação LGBTIfóbicas desde finais dos anos 1990. Essa parceria envolveu também a socióloga Sílvia Ramos, uma das grandes especialistas brasileiras em violência urbana, que, depois de coordenar a ABIA, voltou-se ao tema da violência e discriminação raciais, tendo coordenado experiências pioneiras sobre o tema na gestão estadual fluminense (Disque Defesa Homossexual – DDH, e Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual – CERCONVIDH). Além disso, a pesquisa reconfigurava as fronteiras entre academia e movimento social uma vez que, em cada uma das edições, o questionário a ser aplicado incorporava os interesses, sugestões e críticas dos grupos que organizavam a parada em cada uma das cidades.

Também voltada à apreensão de experiências concretas dos sujeitos, destaco a pesquisa comparativa Heterossexualidades, contracepção e aborto (HEXCA) que, coordenada desde o CLAM por Maria Luiza Heilborn, envolveu equipes na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil, explorando os processos decisórios de interrupção voluntária da gravidez.¹ O trabalho iniciado em 2007, partiu, conforme a coordenadora brasileira, do reconhecimento de:

que o aborto é dilema moral de difícil trato para as sociedades contemporâneas, pois incide no embate entre “direitos” concebidos como antagônicos, a saber: o da autonomia feminina, o do porvir de um feto em pessoa humana e o da participação masculina na fecundação (Heilborn, 2012: 129).

Talvez uma das grandes inovações desse trabalho à época foi incluir os homens como parte importante nos processos decisórios que levam à interrupção de uma gravidez indesejada, deslocando o foco da discussão que tradicionalmente recaía apenas sobre as mulheres.

¹ Para alguns dos resultados desse trabalho, ver o Dossiê “Heterossexualidades, contracepção e aborto: Uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas”, publicado pela Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana em dezembro de 2012.

Outro importante investimento comparativo materializou-se na pesquisa *La constitución del campo de la sexología en América Latina*, que, coordenada por Jane Russo e Alain Giami, envolveu equipes também na Argentina, Peru, Colômbia e México. Discutindo um campo também atravessado e transformado pela difusão do ideário dos direitos sexuais, a pesquisa explorou o modo pelo qual a “medicalização” envolve tanto controle social, quanto produção de identidades e de novas formas de subjetividade. De modo bastante inovador, trouxe à discussão sobre direitos sexuais a implicação de atores que não se situam nem no polo do Estado, nem dos movimentos sociais, mas que participam de um florescente mercado, em que especialistas e indústria farmacêutica oferecem produtos e serviços voltados à maximização do prazer sexual.²

Um projeto de grande fôlego e que extrapolou as fronteiras da América-Latina foi a pesquisa internacional “Relações entre raça, sexualidade e gênero em diferentes locais e contextos”. Seu principal objetivo foi “analisar o lugar da raça (cor/etnicidade) e do racismo, do gênero e dos estereótipos acerca da construção das identidades sexuais e, finalmente, das condições materiais na vida de jovens entre 18 e 24/26 anos” (Moutinho e Carrara, 2010: 09), nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Chicago, São Francisco, Cidade do Cabo e Joanesburgo. Além do CLAM, o trabalho mobilizou diversas instituições, como o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) da Universidade de São Paulo (USP), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Instituto Oswaldo Cruz (IOC) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Centro de Pesquisa e Educação em Gênero e Sexualidade (CREGS) da Universidade São Francisco (USF); o Centro de Estudos sobre Raça, Política e Cultura (CSRPC), da Universidade de Chicago (UofC), o Instituto Africano sobre Gênero (AGI) da Universidade da Cidade do Cabo (UCT).³

Na década seguinte, novas investigações iriam ser lançadas, mas por ora, ficarão fora do escopo de minha apresentação. Apenas ressalto dois projetos que, tendo por foco apenas o contexto brasileiro, ainda contariam com o apoio da Fundação Ford: “Fundamentalismos, Sexualidade e Direitos Humanos” (2014-2015) coordenado por Horácio Sívori e do qual participou o antropólogo Marcos Castro Carvalho; e “Repercussões da síndrome neurológica associada à Zika sobre questões de saúde sexual e reprodutiva: uma abordagem de comunicação qualificada”, em que o CLAM, através de Cláudia Mora e Washington Castilhos, atuou em parceria com a CEPIA/Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação; ANIS-Instituto de Bioética; Agência Patrícia Galvão e o grupo GESTOS – Soropositividade, Gênero.

² Para alguns resultados dessa investigação, ver Russo *et al.* (2011), Rohden, Araújo e Barreto (2008) e Gogna, Jones e Ibarlucia (2011).

³ Para alguns resultados desse projeto, ver o Dossiê “Raça e Sexualidade em Diferentes Contextos” publicado pela Cadernos Pagu, nº 35.

Além das investigações comparativas, outra forma privilegiada de incidência sobre o campo dos estudos socioantropológicos sobre sexualidade foi através da divulgação de bibliografia qualificada, inovadora e estratégica sobre o tema. Através da editora Garamond e posteriormente da EdUERJ, o CLAM publicou trabalhos “clássicos” sobre o tema ou que circulavam apenas na forma de teses e dissertações como modo de visibilizar certa tradição de estudos sobre o tema nas ciências sociais. Dentre eles, destaco os trabalhos de Carmen Dora Guimarães (Guimarães, 2004), Maria Luiza Heilborn (Heilborn, 2004), John Gagnon (Gagnon, 2006) e Emily Martin (Martin, 2006). Publicamos também trabalhos inovadores, como os de Adriana Piscitelli (Piscitelli, 2013), Cláudia Fonseca (Fonseca, 2014), Anna Paula Uziel (Uziel, 2007), Luiz Mello (Mello, 2005) e Miriam Ventura (Ventura, 2010). E, visando contribuir para a consolidação de carreiras de acadêmicas na área, demos especial atenção aos realizados por jovens pesquisadoras/es estreadas. Nessa direção, destaco, entre os livros que lançamos, os de Regina Facchini (Facchini, 2006), Berenice Bento (Bento, 2006), Marcos Benedetti (Benedetti, 2005), Nádia Meinerz (Meinerz, 2008), Fabiano Gontijo (Gontijo, 2008); Maria Elvira Díaz-Benítez e Carlos Figari (Díaz-Benítez e Figari, 2009), Isadora Lins França (França, 2012), Vanessa Leite (Leite, 2013), José Miguel Nieto Olivar (Olivar, 2013), Laura Lowenkron (Lowenkron, 2015) e Sílvia Aguião (Aguião, 2018).

Finalmente, divulgamos além do produto das próprias investigações que o centro desenvolvia (como os *surveys* de vitimização ou as diferentes pesquisas comparativas acima referidos), análises estratégicas, estados da arte sobre o tema⁴ e resultados de seminários. Entre os últimos, destaco as coletâneas Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras (Piscitelli, Gregori e Carrara, 2004), Movimentos Sociais Educação e Sexualidade (Grossi *et al.*, 2005), Sexualidade, Família e Ethos Religioso (Heilborn *et al.*, 2005) e Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos (Uziel e Guilhon, 2017). Para acolher esse último tipo de produção bibliográfica foi organizada a Coleção Documentos cujas publicações, além de impressas, eram (e continuam sendo) disponibilizadas para *download* no *website* do CLAM. Os dois primeiros tipos de produção eram publicados na “coleção comercial” intitulada Sexualidade, Gênero e Sociedade, comportando três series: Sexualidade em Debate; Sexualidade e Gênero nas Ciências Sociais e Homossexualidade e Cultura (à época, a categoria “homossexualidade” não havia ainda sido criticada e descartada por pesquisadores e ativistas).

Ao final de 2007, o CLAM já tinha publicado 29 livros, 6 deles em espanhol. A partir de 2009, em parte como consequência da enorme dificuldade de fazer os livros atravessarem as fronteiras nacionais, tem início a publicação de *Sexualidade, Saúde*

⁴ Para exemplos, dos resultados obtidos através desses estados da arte ver, entre outros Gogna (2005), Moutinho, Carrara e Aguião (2005), Viveros Vigoya (2006), Petracci e Pecheny (2007), Valdés e Guajardo (2007) e Hernández C. e Parrini R. (2012).

e Sociedade – Revista Latinoamericana, periódico *online* cuja influência se estende por diferentes países da Região. Lembro aqui de uma Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) em Montevidéu, que nossos livros ficaram retidos na alfândega sob a suspeita de material pornográfico. Acho que nunca nos foram devolvidos, mesmo depois da provável decepção dos agentes da alfândega uruguaia. A revista mereceria uma discussão à parte, pois é um projeto que envolve um número considerável de colegas do Brasil e dos países vizinhos. Não poderei citar nominalmente todas e todos as/os envolvidas/os, mas gostaria de reconhecer o belíssimo trabalho da antropóloga argentina María Gabriela Lugones, que colocou esse periódico de pé, com a qualidade que o caracteriza até hoje.

A incidência sobre o campo acadêmico deu-se também pela participação sistemática dos integrantes do CLAM em diferentes fóruns das ciências humanas e sociais, como a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), Fazendo Gênero, *Latin American Studies Association* (LASA), *International Association for the Study of Sexuality, Culture and Society* (IASSCS) e, sobretudo, as reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), onde, além da organização de um concurso de melhores trabalhos sobre sexualidade nas ciências sociais (2004/2005), participamos, em parceria com os antropólogos Bibia Gregori (Unicamp) e Júlio Simões (USP) da criação de um grupo de trabalho sobre gênero e sexualidade. Era a primeira vez que a expressão “sexualidade” figurava explicitamente no âmbito dos grupos de trabalho e seminários temáticos da ANPOCS. A edição inaugural desse grupo aconteceu em 2004, há 20 anos portanto, quando a ANPOCS acolheu o Seminário Temático intitulado “Corpo, sexualidade e identidade”. Desde então, esse GT e inúmeras mesas redondas a ele vinculadas têm se realizado regularmente, com diferentes colegas na coordenação. Destaco aqui a contribuição de Regina Facchini na sua manutenção, depois que Bibia, Júlio e eu nos afastamos. Em artigo de 2014, Júlio Simões e eu pudemos avaliar a trajetória de 10 anos desse fórum:

O grupo de trabalho instituído na ANPOCS teve um papel importante [...] como articulador da produção que se desenvolvia nos centros de pós-graduação e pesquisa já estabelecidos, seja como incentivador da formação ou do revigoramento de outros fóruns de discussão similares, no âmbito de congressos e reuniões de antropologia e sociologia de alcances nacional e regional. Além disso, tem estimulado a criação de linhas de pesquisa em sexualidade em outros centros e programas nas áreas de ciências sociais no país. Explorando um arco de aspectos proeminentes e interligados na abordagem da sexualidade – valores, práticas, saberes, moralidades, políticas – e fomentando a discussão das implicações éticas e metodológicas dos processos de pesquisa e escrita sobre o

tema sob os mais diversos recortes [...] o grupo tem contribuído para iluminar e aprimorar a compreensão das múltiplas dimensões associadas à própria noção de sexualidade (Simões e Carrara, 2014: 78).

Finalmente, podemos também afirmar que a contribuição do CLAM para consolidação do campo de estudos socioantropológicos sobre sexualidade no Brasil se deu através da concepção e execução de cursos formativos, merecendo destaque o Gênero e Diversidade na Escola, o GDE, o Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR) e, finalmente a Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS). Dada as suas dimensões e importância, a exposição dessas experiências mereceria um outro artigo. Lembro apenas que o lançamento oficial do curso GDE ocorreu em Brasília, no Palácio do Planalto, no dia 24 de maio de 2006, com a presença do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Ressalto que a experiência do CLAM com cursos à distância também teve início como forma de enfrentar os desafios de atuar regionalmente. Como disse acima, em relação às publicações, estávamos já pensando em utilizar tecnologias à distância para além do *website*, quando, em 2005, recebemos o convite da então ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Nilcea Freire, para a confecção de um curso *online* para professores do ensino fundamental que tratasse conjuntamente de raça/racismo, gênero/misoginia e sexualidade/lgbtifobia. Nascia então o GDE, que contou com a participação de dezenas de profissionais, sendo 13 deles professoras/es pesquisadoras/es que se ocuparam da produção dos conteúdos. Além da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que liderava o processo, o curso envolvia ainda o Ministério da Educação, através de sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), então ocupada pelo educador André Lázaro; e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, liderada naquele momento por Matilde Ribeiro. Contava ainda com o apoio do British Council, através de Roberta Kacowics.

A experiência piloto aconteceu em 2006 e, depois disso, já disponibilizado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), o curso foi (e tem sido) reproduzido por diferentes universidades, atingindo milhares de professoras/es brasileiras/os. O material do GDE foi traduzido para o espanhol e, em 2007, um curso piloto foi oferecido no Chile através de uma parceria entre o CEDEM e a Universidade Arturo Prat. O árduo trabalho de adaptação do material à realidade chilena demonstrou o quanto seria problemático abrir um curso único para estudantes de diferentes países, como pensávamos inicialmente. Mas a experiência foi tendo desdobramentos no Brasil.⁵

⁵ Para avaliações da experiência do GDE realizadas em momentos distintos, ver Rohden, Araújo e Barreto (2008) e Carrara *et al.* (2017).

O GDE é um curso de atualização e foi a partir da demanda das/os primeiras/os cursistas que o EGeS, um curso de especialização, foi concebido, também com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Para produção de novos conteúdos, 39 pesquisadoras/es foram mobilizadas/os. Em certo sentido, o EGeS aprofundava o GDE, com o aumento da carga horária e abertura para um público mais diversificado, destacando-se a presença de gestores públicos e ativistas. Gostaria de reconhecer aqui o trabalho das coordenadoras acadêmicas dessas iniciativas: Fabíola Rohden, Fernanda Alzuguir, Daniela Manica e especialmente Vanessa Leite, que se ocupou da coordenação acadêmica de várias versões do EGeS. Merece também reconhecimento especial o trabalho de Leila Araújo e Andreia Barreto que se entregaram de corpo e alma à iniciativa e o de Marcos Nascimento que coordenou a equipe que avaliou essa experiência alguns anos depois. No plano da gestão federal, a saudosa Bete Pereira acompanhou diligentemente esses processos do ponto de vista da SPM.

Enfim, trabalhamos intensamente no sentido da consolidação da sexualidade como objeto de reflexão e pesquisa relevante no âmbito das ciências humanas e sociais, sem os indexadores da doença e do perigo que usualmente justificavam o trabalho sobre o tema. E o que foi feito dependeu de um extenso investimento coletivo, além é claro de uma vocação notável de intelectuais, pesquisadores e professores latino-americanos (brasileiros incluídos) de atuar na esfera pública, saindo das “torres de marfim” e colocando a “mão na massa”. Nesse sentido, é importante ressaltar que o CLAM desde início se envolveu em diálogo contínuo com ativistas e gestores de políticas públicas. Além da elaboração de cursos formativos para ministérios, participamos também da redação final do Programa Brasil sem Homofobia (2004); fomos representados na Câmara Técnica que formulou o Programa Rio sem Homofobia, hoje Rio sem LGBTIfobia, e apoiamos a formação, na UERJ, do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero (LIDIS) que, sob a coordenação de Anna Uziel, acompanhou a implantação do Programa Rio sem LGBTIfobia. Ainda com o LIDIS, fomos *amicus curiae* junto ao STF, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.275, que permitiria a “pessoas transgênero” alterar prenome e sexo no registro civil.

Mas não se trata aqui de apenas listar o que foi feito, mas também pensar como trabalhamos, explicitando quais foram nossas ideias, posições e valores. Para tanto, volto-me agora para alguns aspectos que, nessa direção, julgo cruciais.

Enquadramentos: os direitos humanos

Considerando esse passado, é importante ressaltar o modo como, ao longo desses anos, o enquadramento dos direitos humanos operou para nós. Pode causar

estranheza que um projeto que se instalou em um instituto voltado à saúde pública não faça menção, em sua denominação, à noção de “saúde sexual” ou “bem-estar sexual”; expressões que, aliás, constavam expressamente, como vimos, no título do empreendimento mais global do qual o CLAM fazia parte. Essa ausência foi proposital uma vez que, além da possibilidade sempre presente da medicalização ou remedicalização da sexualidade, de suas expressões e práticas, considerávamos uma espécie de quimera falar de saúde sem falar de direitos. E nem a importantíssima ideia de “direito à saúde” solucionava a questão, uma vez que pessoas ou grupos sociais podiam até mesmo exercer formalmente seu “direito à saúde”, sem, entretanto, deixar de continuar a ser discriminados e estigmatizados em razão de gênero e orientação sexual, inclusive nos serviços de saúde. E se processos de estigmatização e discriminação, em muitos casos, estão na origem mesma de males orgânicos e psíquicos, falar em saúde sem falar em cidadania nos parecia uma forma de, como se diz popularmente, “enxugar gelo”. Como dito acima, parecia-nos também ser a hora de, sem negá-los ou deixar de abordá-los, ultrapassar a plataforma dos “perigos sexuais”, fossem a AIDS e demais ISTs, a “gravidez precoce” ou mesmo a chamada “violência sexual”. Incluindo o direito à saúde, ao bem-estar, à uma existência sem discriminação e violência, o enquadramento dos direitos humanos permitia esse deslocamento para uma discussão, digamos, mais positiva sobre a sexualidade e sobre o prazer sexual. Além disso, é importante ter em mente que o CLAM nasce na teia das redes feministas e que era através da afirmação dos “direitos humanos das mulheres” que, em diferentes conferências das Nações Unidas, realizadas ao longo dos anos 1990, a ideia de “direitos sexuais” ou da sexualidade como direito vinha sendo articulada.

Finalmente, uma consequência importante do fato de nos colocarmos, por assim dizer, ao abrigo dos “direitos humanos” era a de blindar o projeto de possíveis acusações de “relativismo moral” ou de promoção de prazeres considerados ilegais. É verdade que não víamos qualquer razão para negar cidadania a certos “prazeres indecentes”, contestando inclusive as próprias convenções sociais relativas à decência sexual. Reconhecíamos que, em alguns contextos nacionais, tais prazeres podiam até ser considerados ilegais, mas não podíamos ser acusados de promover práticas ou valores indefensáveis eticamente ou do ponto de vista dos direitos humanos.

Nesse sentido, acho fundamental retomar, 20 anos depois, a reflexão que o jurista Roger Raupp Rios (participante do CLAM desde o seu início) sistematizou em uma espécie de *concept paper* intitulado “Para um direito democrático da sexualidade”, em que os posicionamentos e valores do novo centro se explicitavam (Rios, 2006). Nele, ao invés ou para além de “direitos sexuais”, que na época já eram uma relativa novidade, Rios propunha um “direito democrático da sexualidade”. Para o desenvolvimento do conceito, partia de posições antiessencialistas no que dizia respeito às identidades,

posições que eram por nós compartilhadas.⁶ Em primeiro lugar, não se tratava de formular “direitos especiais” para “categorias especiais de pessoas”:

O direito da sexualidade não pode se esgotar na proteção identitária, seja de que grupo for. A proteção jurídica de condutas e preferências sexuais, não necessariamente vinculadas a identidades, aponta para isto, como demonstra o sado-masoquismo ou outras formas de erotismo “não-convencional” (Rios, 2006: 13-14).

Dizia ele ainda que:

a proposição segundo a qual o direito da sexualidade não deve fixar-se somente em identidades e práticas sexuais pré-definidas, evitando rótulos e imposições heterônomas, atenta para o perigo de que classificações rígidas, fundadas em distinções sexuais monolíticas, acabem reforçando a lógica que engendra o machismo ou heterossexismo no direito vigente (Rios, 2006: 14).

Prefigurando um movimento que alguns anos depois orientaria os Princípios de Yogyakarta, para Rios o importante era pensar como direitos da sexualidade poderiam derivar dos princípios de direitos humanos consagrados e incorporados à Constituição de 1988, como os direitos à liberdade, à igualdade e à dignidade. Procurava dotar de legitimidade e consistência um “saber jurídico sobre a sexualidade”, separando-a da reprodução, acompanhando o que vinham postulando as Ciências Sociais.

Direito à liberdade sexual; direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual; direito à privacidade sexual; direito ao prazer sexual; direito à expressão sexual; direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações – estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais da igualdade e da liberdade que regem um direito da sexualidade. Liberdade, privacidade, autonomia e segurança, por sua vez, são princípios fundamentais que se conectam de modo direto ao direito à vida e ao direito a não sofrer exploração sexual (Rios, 2006: 17).

⁶ O peso da perspectiva antropológica sobre todo esse processo de politização das sexualidades deve ser reconhecido. O fato de a maioria do corpo acadêmico do CLAM ter formação antropológica não é obviamente casual, uma vez que, no campo das ciências sociais, a antropologia teve papel destacado nos estudos sobre sexualidade. Mas nossas posições no campo não se explicam apenas por seu caráter “antropológico”, mas principalmente pelo nosso vínculo a uma certa antropologia marcada pela crítica às essencializações identitárias, promovida entre nós pelo trabalho pioneiro de antropólogos como Peter Fry e Edward MacRae. Sobre as relações entre antropologia e ativismo, ver Carrara (2016).

Finalmente, o trabalho de Roger Raupp Rios ainda apontava para a importância, na construção de um direito democrático da sexualidade, de uma mirada interseccional, “irredutível” a um “somatório de prejuízos”, e de uma multiplicidade de perspectivas que “deve ir além do catálogo das identidades e práticas sexuais. De fato, estas não existem como entidades abstratas, sem raça, classe, cor, etnia, idade e assim por diante” (Rios, 2006: 17).

É mesmo impressionante a contemporaneidade dos princípios que nos orientavam, mesmo que não tivéssemos muita clareza em relação a eles. É também notável perceber como defendíamos um direito democrático da sexualidade, percebendo ao mesmo tempo os limites e perigos de capturar a sexualidade na esfera dos direitos. Um aspecto que talvez ainda não estivesse tão evidente à época refere-se ao fato de que, protegendo ou promovendo um direito à sexualidade que se assentava basicamente no consentimento e na responsabilidade, ou seja, na ausência de danos a terceiros, problematizava-se pouco a real possibilidade de haver qualquer consentimento em sociedades marcadas por profundas desigualdades e poderosas hierarquias. Nesse sentido, o próprio ideário dos direitos humanos não deixava de reforçar a ideia de que seria possível instaurar uma “democracia sexual” (onde reinaria o consentimento e o respeito à coletividade) no contexto de uma sociedade onde imperam desigualdades de classe, raça, geração etc.

Enfim, fecho essa seção enfatizando mais uma vez a atualidade da nossa reflexão, agora recorrendo ao documento estratégico produzido por Adriana Vianna e Paula Lacerda, em 2004 sob o título “Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual” (Vianna e Lacerda, 2004), que, em suas considerações finais, afirmavam:

A discussão em torno dos direitos sexuais, longe de chegar ao seu fim, parece estar apenas começando. A definição de um sentido rígido e preciso para esses termos, porém, não nos parece o melhor caminho. Continuar debatendo o que compreendemos como o(s) direito(s) à(s) sexualidade(s) talvez seja o único modo de produzirmos tais direitos de forma viva e dinâmica, sem cairmos na tentação de estabelecer novas prescrições (Vianna e Lacerda, 2004: 117).

A discussão, portanto, permanece aberta e deve continuar acompanhando os novos contextos sociais que emergirão nas décadas seguintes.

Provocações: testando limites da sexualidade

Se, de um lado, trabalhamos no sentido de promover os direitos da sexualidade, buscamos também, a partir da sexualidade, tensionar o que se entendia por direitos humanos e sobre os limites de sua aplicação nessa esfera da experiência dos sujeitos.

Estávamos atentos ao fato de que processos de constituição dos sujeitos de direito (quem tem direito a ter direitos) podiam implicar lógicas excludentes, como se via em slogans às vezes divulgados pelo ativismo LGBTI+ brasileiro e seus aliados, como “temos direitos porque pagamos impostos” ou “quem ama tem o direito de se casar”, que incorporavam padrões de respeitabilidade social que “higienizavam”, como se dizia então, a comunidade LGBTQIA+, excluindo dela as/os “indesejáveis”, “promíscuos”, “escandalosas”, adjetivos que acabavam recaindo invariavelmente sobre corpos mais pobres, mais femininos, mais periféricos e mais negros da própria comunidade.

Nesse sentido, nossas escolhas (publicações, pesquisas, formação, comunicação etc.) privilegiavam em múltiplos planos sujeitos e práticas nem sempre facilmente assimiláveis aos padrões de respeitabilidade vigentes ou às convenções que constroem a posição de vítima a ser resgatada por uma ação esclarecida e benevolente. Adriana Viana estava conosco para lembrar o caráter às vezes opressivo da “bondade”. Seja através da publicação de trabalhos sobre prostituição de caráter anti-abolicionista, como os de Adriana Piscitelli ou de José Miguel Nieto Olivar; ou de reflexões como a de Vanessa Leite sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes (seriam elas portadoras de tais direitos?); ou as de Laura Lowenkron sobre pedofilia; ou ainda as contidas na coletânea sobre práticas sexuais “dissidentes” que, mesmo consentidas, “desafiam os efeitos políticos da repugnância”, organizada por Maria Elvira Benitez e Carlos Figari, não deixávamos de operar nas fronteiras, nos limites da sexualidade para saber até onde iriam os “direitos sexuais” e quais poderiam ser suas consequências indesejadas (ao menos do ponto de vista de um direito democrático da sexualidade).

No “livro amarelinho”, figurava nossa preocupação com a afirmação de novas moralidades em cujo âmbito novos perigosos (os considerados sexualmente irresponsáveis, imprevidentes, “alienados”) podiam ser projetados. Nas considerações finais, ponderavam as autoras:

Para além de indicar o quanto a oposição a certos direitos em construção esbarra em constructos morais, de viés religioso ou não, como no caso da contracepção e do aborto ou da parceria civil, para ficar apenas com os casos mais polêmicos, é importante refletir também sobre os sujeitos morais que vão sendo positivados nessa trajetória, ou seja, evidenciar e desnaturalizar não apenas os discursos produzidos em oposição ao escopo dos “direitos sexuais”, mas também os que são criados em sua defesa. Em que medida os sujeitos de direitos construídos através de embates políticos são convertidos também em “sujeitos morais”, que precisam demonstrar sua adequação a determinados modelos normativos? Assim, dando continuidade à clássica relação entre norma e desvio, cabe pensar sobre que novos “normais” ou “perigosos” são produzidos a cada momento, e que dispositivos de regulação se fazem presentes nesse processo (Vianna e Lacerda, 2004: 117).

Também se explicitava ali, em consonância com a reflexão de Rios, a nossa preocupação com processos de vitimização, com essa “teatralização da infelicidade”, conforme expressão que ele utiliza. Vianna e Lacerda também ressaltavam a força da linguagem da vitimização na trajetória dos direitos humanos, “na medida em que ela supõe antagonismos lógicos para construir-se (maiorias x minorias; homens x mulheres; heterossexuais x homossexuais etc)”. Acompanhando vários autores, apontavam os efeitos ambíguos da linguagem da vitimização, uma vez que “denuncia a opressão sofrida pelas minorias, mas obscurece possibilidades de atuação” (Vianna e Lacerda, 2004: 117).

A forma “mapeamento” ou “panorama” daquele documento estratégico, de 2004, não escondia, portanto, tomadas de posição bastante importantes. Considerando especialmente o modo como os direitos humanos vinham se firmando na arena internacional, as autoras apontavam, em consonância com as propostas de Roger, o dilema entre constituir uma “política de princípios” ou uma “política de sujeitos” e apontavam os perigos da crescente especificação de sujeitos minoritários, sobretudo, a redução de discussões mais amplas ao interesse de grupos particulares. Para evitar tais perigos, propunham:

[...] um caminho interessante de reflexão – e, quem sabe, de atuação – pode ser o de buscar correlações entre temas aparentemente isolados, como a parceria civil, a união estável e o reconhecimento de paternidade através do DNA, uma vez que em todos os casos está presente a relação entre Estado/famílias/relações conjugais (Vianna e Lacerda, 2004: 115).

Acompanhando uma tradição mais estabelecida já no nosso trabalho no Instituto de Medicina Social, nossas provocações também se dirigiam à saúde e à medicina. Nessa direção, por exemplo, publicamos a tese de doutorado então recém defendida da socióloga Berenice Bento, com sua abordagem crítica ao “dispositivo da transexualidade” que, para ela tinha um caráter patologizante para todas as pessoas trans e excludente em relação às travestis, que à época não eram consideradas “transexuais verdadeiras” e ficavam à margem do “processo transexualizador”. Também como exemplo, destaco a primeira vez que a discussão sobre intersexualidade apareceu em um fórum de ciências humanas e sociais, talvez tenha sido no seminário Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras, acima referido, no qual foi colocado em xeque o humanitarismo de cirurgias pediátricas especializados em processos de “redução” de anatomias ambíguas e na recomposição do binarismo sexual. Lembro que a discussão sobre intersexualidade foi trazida à baila pela saudosa antropóloga Mariza Correa que, frente a uma certa cruzada “humanitária” que à época denunciava práticas de mutilação genital de mulheres em “bárbaros” e “incivilizados” países africanos, nos

fazia olhar para “mutilações genitais” realizadas silenciosamente nos nossos modernos e assépticos hospitais sobre corpos de bebês intersexo. Discussão memorável em que a benevolência e o humanitarismo médico dos cirurgiões pediátricos presentes ao encontro se viram confrontados pela perspectiva mais crítica das ciências humanas e sociais. Lembro que na Reunião da IASSCS, premiamos o trabalho sobre intersexualidade da então jovem pesquisadora Paula Sandrine Machado, que viria a se constituir em referência fundamental nesse tema no Brasil. Toda a reflexão sobre sexologia e medicina sexual coordenada por Jane Russo ia na mesma direção, voltando para a medicina sexual e a saúde sexual o mesmo olhar crítico que, sem jogar fora o bebê com a água do banho, dirigíamos também aos direitos humanos.

Considerações finais: ciência, ética e política em diálogo

Gostaria de encerrar esta conferência revisitando a intervenção que fiz no Seminário Movimentos sociais, Educação e Sexualidade, que realizamos com o NIGS em Florianópolis, em 2004. Nela, eu afirmava que nós, do CLAM:

Concebemos o conhecimento como confeccionado ou construído no cruzamento de inúmeras forças ou no contexto de um diálogo nem sempre fácil, envolvendo Estados, organizações da sociedade civil, agências de fomento nacionais e internacionais. E é assumindo esse diálogo (sempre presente na produção de conhecimento, mas nem sempre explicitado) e procurando intensificá-lo que o Centro se propõe a oferecer aos pesquisadores, militantes e formuladores de políticas públicas nessa área, não apenas informações qualificadas e úteis, mas também novas questões e novos problemas (Carrara, 2005: 18).

Espero que, em alguma medida, tenhamos cumprido e continuemos a cumprir essa missão. Os caminhos da academia, de um lado, e os do ativismo, da política e da gestão estatal, de outro, parecem às vezes tomar rumos opostos e sabemos que críticas, conflitos e tretas são bem frequentes. Tomemos novamente aqui o exemplo do movimento hoje chamado de LGBTQIA+ e que, quando o CLAM começou, ainda era “movimento homossexual”. Em algum ponto do nosso diálogo com ativistas do movimento, já depois do advento da teoria *queer*, cheguei a dizer que quanto mais a academia parecia se tornar antiidentitária e antiessencialista, mais o movimento insistia nas identidades. Isso talvez também se aplicasse ao feminismo no qual o sujeito do movimento – a mulher ou as mulheres – foi intensamente problematizado em sua naturalizada materialidade. É verdade que quase nunca essas divergências sobrepujaram o valor da legitimidade que a academia agregava ao movimento e vice-versa. Paradoxalmente, parecia que seguíamos juntos em direções opostas. Mas as forças que faziam com que

na academia se valorizasse o fluxo, a experiência e a impermanência identitária também atravessavam o movimento que foi mais e mais multiplicando e segmentando as possibilidades identitárias, até chegarmos nesse intrigante “+” que hoje se agrega ao final acrônimo. Apontaria esse “+” para um futuro em que, atravessadas por múltiplos fluxos desejantes e múltiplos pertencimentos sociais, as identidades se segmentariam a tal ponto que, enfim, encontrariam a singularidade individual, tornando-se inoperantes como princípio de organização social e política?

Mas, continuava eu naquele seminário de 20 anos atrás:

Não ocultar o diálogo a partir do qual o conhecimento é produzido significa para nós uma tomada de posição ética, talvez mais fundamental na área da sexualidade do que em outras, e que nos impõe ter sempre em perspectiva as razões sociais e políticas que fazem com que tal conhecimento seja relevante. Por que estudar ou organizar informações sobre sexualidade? (Carrara, 2005: 18).

Deixo aos que estão e aos que estarão no CLAM nos próximos anos essa pergunta: por que continuar a estudar e produzir conhecimento sobre a sexualidade? Já encaminhando uma possível resposta, ousaria dizer que essa tarefa talvez seja mais importante agora do que há 20 anos atrás. A segunda década do século XXI colheu em diferentes países latino-americanos alguns frutos importantes do processo histórico do qual participamos e para o qual contribuímos com nossas pesquisas, reflexões e criatividade institucional. No Brasil, aconteceu o reconhecimento de inúmeros direitos em uma chave muito próxima daquela que propúnhamos. Em 2011, o acesso ao casamento foi aberto a pessoas do “mesmo sexo” e não se criou uma união de tipo especial. Em 2018, o direito à autodeterminação de gênero foi reconhecido como um direito de todos e não apenas para pessoas “transsexuais”. Finalmente, em 2019, a lgbtifobia foi equiparada ao racismo e pode atingir pessoas de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Processos semelhantes aconteceram em vários dos países envolvidos no projeto CLAM e seria muito interessante fazer um balanço comparativo atual da situação.

Essas decisões da suprema corte brasileira são momentos exemplares de um processo mais amplo de cidadanização do qual participamos como intelectuais, docentes e pesquisadores e que, nessas últimas duas décadas, transformou a superfície do mundo. Quando hoje vejo duas mulheres se beijando em espaço público, dois rapazes andando de mãos dadas pelas ruas das cidades brasileiras ou uma pessoa não-binária viajando no metrô carioca, sinto um misto de felicidade e preocupação. Sinto-me de certo modo responsável pelo perigo que elas correm e às vezes tenho ímpeto de dizer para tomarem cuidado, porque a luta está longe de estar ganha. Mas eles estão obviamente lutando com seus corpos e devem saber muito bem dos confrontos em curso. Sua presença à luz

do dia atesta, de algum modo, que as hegemonias de gênero, sexualidade e raça foram rompidas e, talvez por isso, os conflitos antes surdos agora se manifestam em atos espetaculares de violência. Walter Benjamim tinha razão quando escrevia que a violência começa quando a dominação desmorona...

Vivemos, como tem apontado reiteradamente a antropóloga Maria Filomena Gregori, tempos de *backlash*, sobretudo quando se trata dos direitos reprodutivos das mulheres, mais especificamente do direito ao aborto. E pode ser enganoso achar que a atual demonstração de força do conservadorismo, da ultradireita, dos *incels* etc., dentro e fora das redes, seja mais do que seu canto do cisne. Talvez tenhamos sido ingênuos ao não antever a força e alcance da reação que esse histórico movimento intelectual e político geraria. E talvez agora, o sentido de continuar a estudar a sexualidade, em suas diferentes dimensões e intersecções, seja justamente o de abreviar a violência desencadeada pela reação e fazer com que reacionários, machistas, sexistas, racistas, misóginos, lgbtifóbicos aceitem sua derrota. Nesse sentido, encerro esse artigo com uma avaliação otimista do futuro que, em 2017, a filósofa norte-americana Judith Butler fez no contexto de uma visita acadêmica ao Brasil em que foi violenta e estupidamente atacada por um grupo de conservadores por suas posições em defesa dos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Segundo ela:

O que vemos agora, nesse conservadorismo sexual contemporâneo, é um esforço para nos levar de volta a um mundo que nunca mais voltará. Então não devemos nos preocupar com a reversão de todos os nossos passos. Eles estão tentando, mas não vão ganhar, porque nosso lado é o lado da maior aceitação, da maior compreensão, e oferece mais reconhecimento a mais pessoas, e as pessoas querem viver com liberdade, querem viver com alegria. Elas não querem viver com vergonha e não querem viver com censura. Nós temos alegria e liberdade do nosso lado, e é por isso que ao final vamos vencer.⁷

Que assim seja.

Recebido: 02/09/2024
Aceito para publicação: 28/10/2024

⁷ Ver <https://matheuspichonelli.blogosfera.uol.com.br/2017/11/11/antes-de-agressao-butler-alertou-alegria-e-liberdade-estao-do-nosso-lado> (acesso em 30/05/2024).

Referências

- AGGLETON, Peter; WOOD. 2008. The global dialogues for sexual health and wellbeing. Mimeo.
- AGUIÃO, Silvia. 2018. Fazer-se no “Estado”: *uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 396 p.
- BENEDETTI, Marcos Renato. 2005. Toda feita: *o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond. 144 p.
- BENTO, Berenice, 2006. A reinvenção do corpo: *sexualidade e gênero na experiência transexual*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 256 p.
- CARRARA, Sérgio. 2003. Discurso de lançamento do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Mimeo.
- CARRARA, Sérgio. 2005. “O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o ‘lugar’ da homossexualidade”. In: GROSSI, M. P. et al. (Orgs.) *Movimentos sociais, Educação e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond. 264 p.
- CARRARA, Sérgio. 2016. “A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil”. *Cadernos Pagu*. Fevereiro de 2016. N° 47. n.p.
- CARRARA, Sérgio et al. 2017. Gênero e diversidade na escola: *avaliação de processos, resultados, impactos e projeções*. Rio de Janeiro: CEPESC. 111 p.
- CORRÊA, Sônia; PETCHESKY, Rosalind; PARKER, Richard. 2008. Sexuality, health and human rights. 1st ed. Londres/Nova Iorque: Routledge. 320 p.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). 2009. Prazeres dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond. 600 p.
- DREW, Roger et al. 2011. “Social Network Analysis to evaluate organisational networks on sexual health and rights”. *Development in Practice*. Novembro de 2011. Vol. 21, nº 8. p. 1062-1079.
- FACCHINI, Regina. 2006. Sopa de letrinhas: *Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos Anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond. 304 p.
- FACCHINI, Regina. 2020. “De homossexuais a LGBTQIAP+: Sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos”. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+. Poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Ed. Unicamp. 536 p.
- FASSIN, Eric. 2012. “Sexual democracy and the new racialization of Europe”. *Journal of Civil Society*. Novembro de 2012. Vol. 8, nº 3, p. 285-288.
- FONSECA, Cláudia. 2014. Parentesco, tecnologia e lei na Era do DNA. Rio de Janeiro: EdUERJ. 192 p.
- FORD FOUNDATION. 2005. Sexuality and Social Change: Making the Connection. *Strategies for Action and Investment*. New York: Ford Foundation. 75 p.
- FRANÇA, Isadora Lins. 2012. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: Homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ. 282 p.

- GAGNON, John, 2006. Uma interpretação do desejo. Rio de Janeiro: Garamond. 456 p.
- GOGNA, Monica. 2005. Estado del arte: *investigación sobre sexualidad y derechos en la Argentina, 1990-2002*. Buenos Aires: CEDES/CLAM. 116 p.
- GOGNA, Monica; JONES, Daniel; IBARLUCIA, Inês (Orgs.) 2011. Sexualidad, ciencia y profesión en América Latina: *el campo de la Sexología en la Argentina*. Rio de Janeiro: CEPESC. 160 p.
- GONTIJO, Fabiano. 2008. O Rei Momo e o arco-íris: *homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond. 208 p.
- GROSSI, M. P. *et al.* (Orgs.). 2005. Movimentos sociais, Educação e Sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond. 264 p.
- GUIMARÃES, Carmem Dora. 2004. O homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro: Garamond. 118 p.
- HEILBORN, Maria Luiza. 2004. Dois é par: *Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond. 2017 p.
- HEILBORN, Maria Luiza. 2012. “Apresentação – Heterossexualidades, contracepção e aborto: Uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas”. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*. Dezembro de 2012. Dossier N. 1, nº 12, p. 127-134.
- HEILBORN, Maria Luiza *et al.* (Orgs.). 2005. Sexualidade, família e ethos religioso. Rio de Janeiro: Garamond. 344 p.
- HERNÁNDEZ C., Antonio; PARRINI R., Rodrigo. 2012. La formación de un campo de estudios: *Estado del arte sobre sexualidad en México 1996 – 2008*. Rio de Janeiro: CEPESC. 181 p.
- LEITE, Vanessa. 2013. Sexualidade adolescente como direito? *A visão de formuladores de políticas públicas*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 210 p.
- LOWENKRON, Laura. 2015. O monstro contemporâneo: *a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 456 p.
- MARTIN, Emily. 2006. A mulher no corpo: *uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond. 384 p.
- MEINERZ, Nádia, 2008. Entre mulheres: *Etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 189 p.
- MELLO, Luiz. 2005. Novas famílias: *conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond. 223 p.
- MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia (Orgs.). 2005. Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: *dados e pesquisas*. Rio de Janeiro: CEPESC. 120 p.
- MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio. 2010. “Apresentação – Dossiê Raça e Sexualidade em Diferentes Contextos”. *Cadernos Pagu*. Julho-Dezembro de 2010. N° 35, p. 09-35.
- NUÑEZ, José García. 2008. Global Dialogues Evaluation Report: *The Latin American Center on Sexuality and Human Rights*. Mimeo.

- OLIVAR, José Miguel Nieto. 2013. *Devir puta. Políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 354 p.
- PETRACCI, Mónica; PECHENY, Mario. 2007. *Argentina, derechos humanos y sexualidad*. 1ª ed. Buenos Aires: CEDES. 330 p.
- PISCITELI, Adriana. 2013. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 272 p.
- PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (Orgs.). 2004. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond. 447 p.
- RIOS, Roger Raupp. 2006. "Para um direito democrático da sexualidade". *Horizontes Antropológicos*. Julho-Dezembro de 2006. Nº 26, p. 71-100.
- RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia Cristina. 2020. "Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: Mudanças da última década". In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+. Poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Ed. Unicamp. 536 p.
- ROHDEN, Fabíola; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Orgs.). 2008. *Os desafios da transversalidade em uma experiência de formação online: Curso Gênero e Diversidade na Escola*. Rio de Janeiro: CEPESC. 156 p.
- RUSSO, Jane *et al.* 2011. *Sexualidade, ciência e profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPESC. 160 p.
- SIMÕES, Júlio; CARRARA, Sérgio. 2014. "O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: Ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens". *Cadernos Pagu*. Janeiro-Junho de 2014. Nº 42, p. 75-98.
- UZIEL, Anna Paula; GUILHON, Flávio (Orgs.). 2017. *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 504 p.
- UZIEL, Anna Paula. 2007. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond. 224 p.
- VALDÉS, Teresa; GUAJARDO, Gabriel. 2007. *Estado del arte: investigación sobre sexualidad y derechos sexuales en Chile (1990-2002)*. Rio de Janeiro, Brasil: CLAM. 87 p.
- VENTURA, Miriam. 2010. *A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 164 p.
- VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. 2004. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro, CEPESC. 246 p.
- VIVEROS VIGOYA, Mara. 2006. *Saberes, culturas y derechos sexuales en Colombia*. Bogotá: Tercer Mundo Editores. 600 p.